

# Vítimas da tragédia de 2011 ainda vivem com aluguel social de R\$ 500

Benefício estadual está congelado há mais de 15 anos para parte das famílias

Por Gabriel Rattes

Mais de 15 anos depois da tragédia de 2011 na Região Serrana, famílias que perderam suas casas em Petrópolis continuam recebendo o mesmo valor de aluguel social por parte do Governo do Estado: R\$ 500. Sem qualquer reajuste ao longo desse período, o benefício hoje é considerado insuficiente até para os aluguéis mais baratos da cidade. Por parte do município, o último reajuste foi feito em 2021 e, desde então, as vítimas da tragédia recebem R\$ 550 dos cofres municipais.

A situação foi denunciada por Claudia Renata, líder do Movimento Aluguel e Moradia e representante das vítimas das tragédias socioambientais da Região Serrana. "Infelizmente esse aluguel está defasado. Há muitos anos não se consegue uma casa em Petrópolis nesse valor. E, pior: muitos proprietários hoje não querem mais alugar imóveis para quem recebe aluguel social", afirma.

Segundo Claudia, não é possível alugar nenhum imóvel por esse valor, nem em Petrópolis nem em outras cidades da Região Serrana. "As consequências são que as famílias estão desembolsando muito dinheiro para complementar o valor do aluguel e muitos estão passando por necessidade. Isso tem levado pessoas a morarem em áreas de risco ou estão voltando para suas casas que estão interditadas", disse.

## Diferença de valores

Atualmente, o aluguel social é pago com valores diferentes, tanto pelo Estado quanto pelo município, o que gera confusão e sensação de injustiça entre as famílias. Hoje, Petrópolis tem três valores de aluguel social, resultado de leis antigas, medidas emergenciais e decisões administrativas tomadas ao longo dos últimos anos:

- R\$ 550 (aluguel social municipal): Criado por lei quando o então prefeito era interino, esse valor representou um aumento de apenas R\$ 50 sobre o antigo benefício de R\$ 500. Está sem reajuste há cerca de sete anos.

- R\$ 1.000 (casos pagos diretamente pelo município): Após a tragédia de 2022, algumas famílias foram cadastradas primeiro pela Prefeitura, antes de entrarem no sistema do Governo do Estado. Durante esse período de transição e conflitos administrativos, o município passou a pagar R\$ 1.000 diretamente a essas famílias.



*Atualmente, o aluguel social é pago com valores diferentes, tanto pelo Estado quanto pelo município,*

- R\$ 800 + R\$ 200 de complemento (modelo atual para famílias de 2022): O Governo do Estado fixou o valor de R\$ 800 como piso para as vítimas de 2022. A Prefeitura então criou um complemento de R\$ 200 para que essas famílias passem a receber R\$ 1.000 por mês.

"São todos vítimas das tragédias da cidade. Isso acaba criando rivalidade entre famílias e um sentimento de privilégio para alguns. É muito triste", afirma Claudia.

## Distorção dos pagamentos

Um levantamento do Correio Petropolitano sobre os pagamentos do aluguel social pelo Governo do Estado em Petrópolis mostra, na prática, o tamanho da distorção. Atualmente, 119 pessoas recebem R\$ 500, o que representa um gasto mensal de

R\$ 59.500. Além disso, há quatro pagamentos de R\$ 500 feitos por decisão judicial, somando R\$ 2.000.

Já no grupo que recebe R\$ 800, estão 2.359 beneficiários, totalizando R\$ 1.887.200 por mês. Outros quatro pagamentos de R\$ 800 também são feitos por ordem judicial, somando R\$ 3.200.

## Projeto para equiparação

Em março de 2025, o Correio Petropolitano já havia mostrado que tramitava na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) um projeto de lei que propõe fixar o valor do aluguel social em R\$ 800 para todas as famílias, justamente para acabar com a diferença de valores entre vítimas de tragédias diferentes.

Na época, o projeto ainda pas-

saria pelas comissões temáticas antes de ir ao plenário. O texto já apontava que famílias atingidas em 2011 recebiam R\$ 400 ou R\$ 500, enquanto apenas as vítimas de 2022 recebiam R\$ 800.

## Proposta de aumento

Além desse projeto que trata da equiparação para R\$ 800, há também uma outra proposta em tramitação na Alerj que vai além: ela prevê que o aluguel social seja reajustado para cerca de R\$ 1.080, valor calculado com base na inflação acumulada, e que passe a ter correção anual automática, usando índices oficiais como IPCA, INPC ou o índice de variação dos aluguéis.

Esse segundo projeto também aponta que hoje existem valores diferentes dentro do mesmo município, inclusive em Petrópolis, onde há famílias recebendo R\$ 400, R\$ 500, R\$ 800 e até valores maiores — mesmo todas estando na mesma situação de perda de moradia por risco ou tragédia.

Claudia Renata diz não acreditar em mudanças imediatas. "Como é ano de eleição, acho difícil fazerem algo agora. Mas podemos cobrar que os candidatos a governador se comprometam com esse reajuste ou com a equiparação dos valores", finalizou.

## O que dizem as partes?

Procurada pelo Correio Petropolitano, a Prefeitura de Petrópolis informou, por meio de nota, que "a Secretaria de Habitação avalia constantemente

Divulgação/Diocese de Petrópolis



*Cerca de três mil pessoas foram afetadas em 2011*

medidas para ampliar a política assistencial, incluindo articulação junto ao Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos".

A resposta, no entanto, não informa prazos nem aponta medidas concretas para a revisão dos valores pagos atualmente às famílias que dependem do aluguel social no município.

Já o Governo do Estado informou que as diferenças nos valores do Aluguel Social em Petrópolis decorrem de três fatores principais: o período de concessão do benefício, decisões judiciais e medidas excepcionais adotadas após a calamidade pública de 2022.

Segundo o Estado, desde 2011 o valor regular do Aluguel Social é de R\$ 500. No entanto, após a tragédia ocorrida nos meses de fevereiro e março de 2022, foi criada uma excepcionalidade por meio de decreto pactuado entre o Município, o Estado e o Ministério Público, que elevou o valor do benefício para R\$ 800 para as famílias diretamente atingidas pelo desastre.

O governo estadual também destacou que a Prefeitura de Petrópolis passou a conceder uma complementação de R\$ 200 ao valor pago pelo Estado, como forma de ampliar o acesso das famílias à moradia. De acordo com a nota, os diferentes valores atualmente pagos refletem o contexto específico de cada concessão e as medidas emergenciais adotadas para garantir a proteção social das famílias atingidas.